



**Ata da 38ª Reunião da COGEF
27 e 28 de Março de 2018
São Paulo - SP**

PARTICIPANTES: Listas de frequência disponíveis no site COGEF
(<http://www.cogef.ms.gov.br>)

Representantes dos Estados na COGEF, com direito a voto.

Presentes (21): AL, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, PA, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SE, SC, SP, TO e DF.

Ausentes (06): AC, AM, MG, PB, RN, RR

Representantes de outros órgãos/instituições na COGEF, sem direito a voto.

Presentes (3): Luiz Palmeira (Ministério da Fazenda – COGEP)

José Tostes (BID)

Rodrigo Espada (AFRESP)

1º DIA

27 de Março de 2018

Associação dos Fiscais de Renda de São Paulo - AFRESP

São Paulo - SP

1. Composição da Mesa de Abertura e boas vindas:

Cristovam Cruz – Presidente da COGEF

José Tostes (representante BID)

Luiz Palmeira – Representante Ministério da Fazenda

Rodrigo Espada (Presidente AFRESP)

Eduardo Motta – Coordenador Geral UCP São Paulo

1.A – Cristovam Cruz (PI) – Agradeceu a presença de todos e falou sobre a escolha da agenda e do interesse da COGEF em apresentar temas que sejam de interesse genuíno dos Estados.

1.B - Luiz Palmeira (Fazenda) - Agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância do tema escolhido para esta COGEF – Tecnologia da Informação. Lembrou da importância do alinhamento necessário entre a área de Gestão e a TI na escolha e implementação dos produtos do Profisco.

1.C – Rodrigo Espada (AFRESP) – Lembrou que a AFRESP completa 70 anos de existência e colocou a instituição à disposição para a realização de convênios e parcerias, citando como exemplo o Movimento Viva.

1.D – José Tostes (BID) – Destacou a participação da AFRESP na discussão de temas tributários e estrutura de trabalho dos fazendários. Lembrou que a COGEF completa 10 anos e tem suma importância na transição do Profisco I para o Profisco II através do compartilhamento de experiências e integração de soluções.

1.E – Eduardo Mota (SP) – Agradeceu a presença e a oportunidade de receber a reunião da COGEF. Ressaltou o empenho da Secretaria da Fazenda Estadual em buscar as melhores práticas de administração tributária.

2. Workshop: “A Tecnologia da Informação e a Modernização da Gestão Fiscal”

Painel 1 – Uso da Nuvem para armazenamento de dados fiscais: A experiência do Estado de São Paulo

Palestrante: Luiz Fernando Oratti (SP)

Painel 2 – Blockchain: Estudos de aplicação na Administração Tributária

Palestrante: Marcelo Luiz Alves Fernandes (SP)

Painel 3 – Indicadores-chave de Performance (KPIs) na área de Tecnologia da Informação, orçamento e estruturação de TI

Palestrante: Luiz Fernando (RO) e Ricardo Machado (Gartner Consultoria)

Painel 4 – Projetos vinculados ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Palestrante: Marcelo Luiz Alves Fernandes (SP)

Painel 5 – Sistema autenticador e transmissor de documentos fiscais digitais (SAT)

Palestrante: Marcelo Luiz Alves Fernandes (SP)

2.AOs materiais relativos às apresentações estão disponibilizados no site COGEF.

3. Outros assuntos abordados:

3.A–Apresentação do tema: Sistema de relacionamento de ITCMD

Palestrante: Jefferson Valentim (SP)

3.B – Apresentação do tema: Open Innovation - Os desafios da Gestão Fiscal e o uso de startups para sua solução.

Palestrante: José Tostes (BID)

3.C – Apresentação do tema: Profiscos I e II - Quadro de situação dos projetos e produtos obrigatórios

Palestrante: José Tostes (BID)

3.D-Os materiais relativos às apresentações estão disponibilizados no site COGEF.

3.E – Pautas sobre Tecnologia da Informação - Circulou-se entre os presentes uma listagem contendo pautas de assuntos relacionados à Tecnologia da Informação. Solicitou-se que fossem priorizadas as pautas de trabalho a serem atacadas ainda no ano de 2018. Abaixo, a relação com as cinco pautas mais votadas em ordem de importância atribuída pelos respondentes:

1ª. Grandes Volumes (Big Data)

2ª. Analytics e BI Platform

3ª. Nuvem Corporativa

4ª. Políticas de Armazenamento

5ª. Inteligência Cognitiva

3.F – Limites de Financiamento - Os integrantes COGEF deliberaram questionar a SEAIN sobre o limite de financiamento com garantias da União, que foi reduzido de US\$ 3 bilhões em 2017 para US\$ 800 milhões no ano de 2018. Com isso foi solicitado a alguns Estados que reduzissem suas demandas de empréstimos sem, no entanto, estabelecer ou direcionar quais critérios deveriam ser usados para tal redução. A responsabilidade do questionamento ficou a cargo do Presidente da COGEF, Cristovam Cruz.

4. Encerramento:

4.A - O presidente da COGEF, Cristovam Cruz, agradeceu a participação dos órgãos e de todos os presentes.

2º DIA
28 de Março de 2018
Associação dos Fiscais de Renda de São Paulo - AFRESP
São Paulo - SP

1. Composição da Mesa:

Cristovam Cruz – Presidente da COGEF
Luiz Palmeira – Representante do Ministério da Fazenda
José Tostes (representante BID)
Eduardo Motta – Coordenador Geral UCP São Paulo

1.A - Cristovam Cruz (Presidente da COGEF) iniciou a reunião agradecendo a presença de todos.

2. MD GEFIS – status atual do instrumento

2.A - Cristina (BID) fez apresentação sobre o tema destacando que o MD GEFIS tem de diferente de outros instrumentos é a visão ampla da gestão fiscal. Fez um comparativo de maturidade entre os 14 Estados que já aplicaram o instrumento. Esclareceu quais os próximos passos no desenvolvimento do instrumento e na metodologia de sua aplicação.

Propôs que o papel da COGEF em relação à MD GEFIS seja: a) apoiar a elaboração do Manual, do Dicionário de Conceitos e no modelo de relatórios. b) indicar replicadores e apoiar na aplicação da MD-GEFIS, especialmente na área de gestão, c) participar das discussões sobre o financiamento das aplicações de projeto como um todo, d) participar no planejamento do seminário.

2.B - O material relativo à apresentação está disponibilizado no site COGEF.

2.C –Cristovam (PI) abriu o assunto para deliberação.

2.D – Sandra (CE) – destacou que o instrumento foi extremamente útil na elaboração e definição dos produtos a serem financiados pelo Profisco II no Ceará e que já na época foram sugeridas algumas modificações de melhoria do método.

2.E – Cristina (BID) – explicou que o orçamento para elaboração do Dicionário e do Manual está sendo analisado por meio de cooperação técnica entre o BID e a SGE-MF.

2.F – André (BA) – concorda com a indicação de servidores replicadores, com um seminário próximo para divulgação do MD GEFIS, mas ressalva a publicação dos resultados com nome dos Estados, mesmo no âmbito COGEF.

2.G – André (BA) – sugeriu que a reunião de capacitação no MD GEFIS seja feita até o mês de junho, com a participação de três representantes de cada Estado, sendo preferencialmente um de cada eixo: gestão fazendária, tributária e financeira.

2.H – A plenária definiu que os Estados interessados em participar da equipe de gestão da MD-GEFFIS serão o CE, SP, PE, BA, ES, PA, RJ, TO, PI, MG e PR. Essa equipe deverá desenvolver os pontos destacados no item 2.A.

3. Alinhamento do Profisco II com o Planejamento Estratégico do Estado do PA

3.A - Augusto (PA) – Ressaltou na apresentação que o MD GEFIS foi utilizado como instrumento de diagnóstico (assim como análise swot e construção de cenários) e serviu como base de elaboração do planejamento estratégico da SEFA PA. Mostrou também a relação entre indicadores estratégicos e os indicadores propostos na MD GEFIS.

3.B - O material relativo à apresentação está disponibilizado no site COGEF.

3.C – Lincoln (PA) – Mostrou o alinhamento entre o escritório de gestão de projetos, o planejamento estratégico da SEFA e os fundamentos da MD GEFIS, apresentou o modelo conceitual do sistema de gestão de projetos - GESPRO, que cobre todo o ciclo desde a elaboração do plano estratégico, da matriz de problemas e soluções, até a prestação contas ao BID ou a outras fontes de financiamento. Informou que está sendo desenvolvido, já na fase de testes, o módulo de gestão de processos do MD GEFIS. Ressaltou que é necessária a uniformização de conceitos da MD GEFIS para a comunicação com as diferentes áreas internas da SEFA e entre as secretarias de fazenda.

3.D – Lincoln (PA) – Afirmou que o sistema desenvolvido pelo PA pode ser compartilhado com os Estados interessados.

3.D – André (BA) – Sugeriu que fosse criado um indicador para mensurar o nível de compartilhamento de informações entre os Estados. O indicador teria a seguinte forma de cálculo $IC = DC/NIPA$

Onde:

IC = índice de cooperação

DC = documentos compartilhados no site COGEF (TDR's, editais publicados etc). Devem ser considerados os documentos compartilhados no Profisco vigente, ou seja, PA do Profisco I e os documentos compartilhados no Profisco I, PA do Profisco II e os documentos compartilhados no Profisco II.

NIPA = número de itens do Plano de Aquisições (PA) vigente com processos em execução ou concluídos.

3.E – José Tostes (BID) –Esclareceu que é importante que as equipes UCP pensem em integrar o instrumento de execução do Profisco - como exemplo podemos citar o GESPRO (PA) - ao SIAFE, o que facilitaria sobremaneira a gestão dos projetos e atendimento à demandas do BID.

4. Profisco I – Espírito Santo – resultados e lições aprendidas

4.A – Andressa (ES) –Apresentou o tema destacando que um dos principais problemas na execução foi a ausência de planejamento estratégico. Mostrou também que existem alguns desafios a serem enfrentados para execução do Profisco II, por exemplo, a gestão de custos. Em relação às lições aprendidas destacou: a) o apoio do BID em treinamentos é indispensável para sensibilizar todos os envolvidos (PGE, Secont, TCE, SEFAZ), b) em contratações que envolvam objetos relacionados à área de TI, indicar para a fiscalização dos respectivos contratos três fiscais distintos: um de gestão, um de TI e um de administração,

c) colocar nos resultados apenas metas possíveis de serem acompanhadas, d) reduzir ao máximo a carteira de projetos, evitando aqueles de valores inexpressivos, e) necessidade de uma Comissão Especial de Licitação, f) dedicação exclusiva dos servidores da UCP, g) necessidade dos gestores de conhecerem as melhores práticas, h) ausência de capacitação em gestão de projetos, i) dificuldade de priorização do projeto pelos líderes em relação às atividades normais, j) mudança de líderes de produtos prejudica a execução e ausência de ferramentas para incentivar os líderes de produtos, l) necessidade de capacitar os líderes na elaboração de TDR.

4.B - O material relativo à apresentação está disponibilizado no site COGEF.

5. Restrições na aprovação de Contratos de Empréstimos em ano eleitoral

5.A – AyaShimamura (SP) – Mostrou que os Estados devem estar atentos aos prazos limites de liberação de empréstimos e citou o novo limite de US\$ 800 milhões para garantia dos empréstimos pela União.

5.B - O material relativo à apresentação está disponibilizado no site COGEF.

5.C – Luiz Palmeira (Ministério da Fazenda) pediu para verificar e validar as vedações, principalmente as datas, por entender que as regras não se aplicam ao Profisco.

6. Resultados da reunião com gestores de Tecnologia da Informação

6.A – Cristovam (PI) – Fez um breve resumo da reunião com os gestores de TI e propôs que a plenária discutisse como haveria de ser conduzido o assunto. Seria feita ou não a criação de grupo? Se sim, em que moldes?

6.B – Iemerton (RO) – Defendeu que o grupo de TI deve estar vinculado à COGEF, servindo de auxiliar à COGEF e atender às demandas e dúvidas técnicas que a COGEF possa ter.

6.C – André (BA) – Ratifica e sugere a criação de um subgrupo de TI ligado à COGEF. Destaca a importância de uma liderança nesse grupo que tenha um conhecimento na área de TI.

6.D – Henrique (RJ) – Sugere que o grupo tenha uma liderança transitória, temática, no sentido de que, dependendo do tema a ser demandado, aquela pessoa mais familiarizada com o assunto discorra sobre o tema.

6.E – Sandra (CE) – Sugere que seja incluída nas reuniões da COGEF uma pauta de TI. Lembra que foi criado grupo de WhatsApp onde serão feitas discussões mais específicas sobre tecnologia da informação e também a definição do especialista para apresentar o tema nas reuniões COGEF.

6.F – A plenária definiu que o presidente da COGEF coordenará o subgrupo de TI, definindo os responsáveis pela operacionalização das pautas (já definidas) para a próxima reunião COGEF, inclusive com a definição do líder temático.

7. Eleição COGEF

7.A – Cristovam (PI) lembrou que na próxima reunião COGEF deverá ser eleito o novo presidente para o mandato de 2018/2019.

8. Próxima reunião COGEF ficou agendada para os dias 28 e 29 de junho de 2018, em Porto Alegre (RS).

9. Encerramento foi feito pelo presidente da COGEF **Cristovam Colombo (PI)**, que avaliou como muito positivo o encontro, agradecendo a presença e desejando a todos um bom retorno.